

planos de **gestão territorial** e ambiental de terras indígenas

territorial and **environmental management** for indigenous lands



O modelo utilizado pelo governo brasileiro para manter os territórios indígenas em áreas demarcadas, a fim de garantir a posse permanente e o usufruto exclusivo dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e à reprodução física e cultural dos povos indígenas, vem acarretando modificações estruturais no padrão de uso e ocupação do território e de utilização dos recursos naturais, na organização social desses povos e na sua relação com outros povos, com a sociedade envolvente e com o meio ambiente. Nesse contexto, surgem os desafios contemporâneos que têm demandado o fortalecimento das estratégias tradicionais de gestão dos territórios indígenas aliados a novos mecanismos e instrumentos junto ao Estado e demais atores da sociedade. Entre esses desafios, destacam-se as ameaças à integridade das terras indígenas e ao controle sobre o acesso ao território; mudanças nos sistemas econômicos; mudanças no padrão de ocupação e uso do território; alterações no meio ambiente e na qualidade e disponibilidade dos recursos naturais; e, modificações nos sistemas sociais, políticos, culturais e de tomadas de decisão.

Frente aos novos desafios, reforça-se a importância de serem pensadas formas de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas de maneira adequada a essa nova realidade. O desenvolvimento da chamada “gestão territorial e ambiental das terras indígenas” - conceito amplamente empregado por diversas organizações indígenas e indigenistas do Brasil - surge a fim de apontar caminhos que possam enfrentar esses novos desafios. Em resposta a esse cenário, o governo brasileiro propôs, em 2009, a construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, cuja minuta foi elaborada por membros da Fundação Nacional do Índio - Funai, do Ministério do Meio Ambiente - MMA e representantes indígenas.

Nesse contexto, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PGTAs - surgem como ferramentas estratégicas para catalisar a gestão territorial e ambiental nas terras indígenas brasileiras. Os PGTAs são instrumentos de planejamento intercultural, de caráter dinâmico, que visam à proteção do patrimônio material e imaterial indígena, à recuperação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Eles devem expressar o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos e externos que permitam o fortalecimento da gestão, da proteção e do controle territorial, bem como ser um subsídio técnico que oriente a execução de políticas públicas.

As experiências existentes demonstram que as maiores lacunas dos PGTAs na atualidade estão associadas à sua implementação, monitoramento e avaliação. Os desafios de implementação passam necessariamente, tanto pelos mecanismos de financiamento das ações, quanto pela constante avaliação e readequação das propostas, já que se trata de processos contínuos e dinâmicos.

Os PGTAs são importantes instrumentos de planejamento da PNGATI, devendo ser apropriados pelas instituições responsáveis pela elaboração e execução das políticas públicas. Isso se reflete, inclusive, na inclusão desses planos como metas institucionais da Funai e do MMA, previstas no Plano Plurianual do Governo Federal para 2012/2015. Entende-se, assim, que os PGTAs são instrumentos estratégicos para a própria organização e coordenação das diversas políticas públicas voltadas diretamente ou que tenham interface com os povos indígenas, tanto no âmbito federal, quanto estadual e municipal.





Princípios dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

Protagonismo Indígena – o PGTA é um instrumento feito pelos e para os indígenas, segundo suas aspirações e visões de futuro, com o apoio do Estado e de parceiros da sociedade civil.

Legalidade – o PGTA se dá no âmbito do ordenamento jurídico nacional, seguindo e respeitando as normas vigentes, consideradas as especificidades indígenas.

Sustentabilidade – o PGTA visa à sustentabilidade dos povos e das terras indígenas, considerando as dimensões socioculturais, econômicas, políticas e ambientais, no sentido de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Estabelecimento de acordos/pactos – o estabelecimento de acordos possibilita que os planos sejam potencializados como ferramentas de diálogo interno e externo, contribuindo para a efetividade das ações estabelecidas e para a eficiência das políticas públicas e demais serviços voltados aos povos indígenas.

Instrumentos para construção dos PGTA

Dentre os principais instrumentos de gestão territorial e ambiental para construção dos PGTA, podemos citar:

Diagnóstico Participativo - levantamento e análise de informações dos territórios indígenas a partir do diálogo intercultural, considerando o contexto histórico, político, sociocultural, econômico e ambiental.

Etnomapeamento - ferramenta de diagnóstico participativo que consiste nas formas de representação espacial do território de acordo com a classificação indígena do espaço e de seus elementos característicos.

Etnozoneamento - ferramenta de ordenamento e planejamento indígena a partir de suas categorias de classificação e uso do território, considerando as prioridades de cada povo.

Os instrumentos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas devem ser aplicados conforme a especificidade de cada territorialidade indígena, das características políticas, sociais, culturais e econômicas de cada povo, bem como de acordo com as especificidades ambientais de seus territórios. Sua aplicação implica um processo contínuo de discussão, negociação, construção de conhecimentos e estabelecimentos de acordos acerca das formas de convivência, ocupação e uso do território pelos povos indígenas, considerando sua situação atual e aspirações presentes e futuras.

The model used by the Brazilian government to maintain indigenous territories in demarcated areas aims to guarantee the permanent tenure and exclusive use of environmental resources required for the well-being and physical and cultural reproduction of indigenous peoples. To that effect, the model has been causing structural changes in the pattern of use and occupation of territories, in the use of natural resources, in the social organization of indigenous peoples and their relationship with other peoples, with the surrounding society and the environment. In this context, one sees the emergence of the contemporary challenges that have demanded the strengthening of traditional strategies for the management of indigenous territories combined with new mechanisms and instruments involving the State and other actors. Among these challenges, one can highlight the threats to the integrity of indigenous lands and to control over access to territory; changes in economic systems; changes in the pattern of territory occupation and use; changes in the environment and in the quality and availability of natural resources; and, changes in social, political, cultural and decision-making systems.

The new challenges emphasize the importance of new ways to be conceived to ensure and promote the protection, restoration, conservation and sustainable use of natural resources on indigenous lands, in a manner appropriate to this new reality. The development of the so-called “territorial and environmental management of indigenous lands” - a concept widely used by several indigenous and indigenous-promoting organizations in Brazil - emerges to indicate ways for the new challenges to be addressed. In response to such scenario, in 2009, the Brazilian government proposed the formulation of the National Policy for Territorial and Environmental Management in Indigenous Lands - PNGATI, whose draft was prepared by members of the National Foundation for Indigenous Peoples - Funai, the Ministry of Environment – MMA, and indigenous representatives.



In this context, the Plans for Territorial and Environmental Management in Indigenous Lands - *PGTAs* - emerged as strategic tools to link the territorial and environmental management in indigenous lands in Brazil. The PGTAs are intercultural planning tools, dynamic in character, aimed at protecting the tangible and intangible indigenous heritage, at the recovery, conservation and sustainable use of natural resources, ensuring improved quality of life and appropriate conditions for physical and cultural reproduction of present and future indigenous generations. They should express the leadership, autonomy and self-determination of peoples in the negotiation and establishment of internal and external agreements that strengthen the management, protection and territorial control. They also constitute technical subsidy to guide the implementation of public policies.

Experience shows that the largest gaps in *PGTAs* today are associated with their implementation, monitoring and evaluation. Implementation challenges entail both funding mechanisms, and constant evaluation and readjustment of proposals, since it involves continuous and dynamic processes.

The PGTAs are important tools for PNGATI's planning, and the institutions in charge of developing and implementing public policies should have ownership over them. The plans were even included as institutional goals of Funai and *MMA*, as they are provided for in the Federal Government 2012/2015 Multi-Year Plan. Therefore, it is understood that *PGTAs* are strategic tools for the very organization and coordination of several public policies directly targeted or related to indigenous peoples, at the federal, state and municipal levels.



Principles of the Plans for Territorial and Environmental Management of Indigenous Lands

Indigenous leadership – the PGTA is a tool made by and for indigenous peoples, according to their aspirations and visions of the future, with the support of the State and civil society partners.

Legality – the *PGTA* is under the national legal framework, in compliance with the standards in force, taking into consideration indigenous specificities.

Sustainability – the PGTA aims at the sustainability of indigenous peoples and lands, considering the socio-cultural, economic, political and environmental dimensions in order to meet needs of the present without jeopardizing the ability of future generations to meet their own needs.

Establishment of agreements/pacts – the establishment of agreements allows for plans to be strengthened as tools for internal and external dialogue, contributing to the effectiveness of the actions established and the efficiency of public policies and other services targeted at indigenous peoples.

Tools for construction of PGTAS

Among the main instruments for territorial and environmental management for the construction of PGTAs, one can mention:

Participatory Diagnosis – survey and analysis of information on indigenous territories based on intercultural dialogue, considering the historical, political, socio-cultural, economic and environmental contexts.

Ethno-mapping – participatory assessment tool comprising the forms of spatial representation of territories according to indigenous classification of spaces and their characteristic features.

Ethno-zoning – indigenous planning and design tool based on their categories of classification and use of territories, considering the priorities of each people.

The tools for territorial and environmental management of indigenous lands should be applied according to the specificity of each indigenous territoriality, to the political, social, cultural and economic features of each people, and according to the environmental specificities of their territories. The application of such tools involves a continuous process of discussion, negotiation, knowledge-building and establishment of agreements about ways of living, occupation and use of territories by indigenous peoples, considering their current situation as well as present and future aspirations.

Para saber mais | Further information

www.funai.gov.br



Ministério do
Meio Ambiente

Ministério da
Justiça



© Mário Vilela » Funai



RESPONSABILIDADE AMBIENTAL